**Fundação Educacional de Além Paraíba**

## ANEXO III - DECLARAÇÃO PARA TRABALHADOR/A INFORMAL

Eu, _____, brasileiro/a, estado civil _____, residente na cidade de _____, Estado/UF:_____, na Rua: _____, nº _____, Bairro _____, portador/a da Cédula de Identidade nº _____, expedida pelo Órgão: _____/____, inscrito/a no CPF/MF nº _____, DECLARO, para servir de documento junto ao **Serviço Social da FEAP**, a instruir **Processo de Concessão de Bolsas de Estudo Assistencial**, ao/a aluno/a _____, na Fundação Educacional de Além Paraíba, que trabalhador/a **informal** exercendo a atividade de: _____, desde _____, com rendimentos brutos mensais no valor médio de R$ _____ (_____).

DECLARO, ainda, que estou ciente que a inexatidão das informações prestadas, além de me obrigar à devolução da importância dada como bolsa, me sujeitará às penalidades previstas no parágrafo 3º do artigo 15, da Lei 12.101/2009*, e artigos 171 e 299, ambos do Código Penal**.

Por ser verdade, firmo a presente declaração em uma única via, para que produza todos os seus efeitos legais.

_____, ____ de _____ de _____.

_____

DECLARANTE

***"Art. 15** - (...) § 1o Os alunos beneficiários das bolsas de estudo de que trata esta Lei ou seus pais ou responsáveis, quando for o caso, respondem legalmente pela veracidade e autenticidade das informações socioeconômicas por eles prestadas. § 2o Compete à entidade de educação aferir as informações relativas ao perfil socioeconômico do candidato. § 3o As bolsas de estudo poderão ser canceladas a qualquer tempo, em caso de constatação de falsidade da informação prestada pelo bolsista ou seu responsável, ou de inidoneidade de documento apresentado, sem prejuízo das demais sanções cíveis e penais cabíveis."*

*** "**Art. 171** – Obter, para si ou para outrem, vantagem ilícita, em prejuízo alheio, induzindo ou mantendo alguém em erro, mediante artifício, ardil ou qualquer outro meio fraudulento"*

****."**Art. 299** – Omitir, em documento público ou particular, declaração que devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante".*